



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações acerca das posições do Brasil em relação a gênero, saúde sexual e reprodutiva, assim como em relação ao sigilo sobre instruções a delegações sobre estes temas

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações acerca relação a gênero, saúde sexual e reprodutiva, assim como em relação ao sigilo de instruções a delegações sobre estes temas:

- 1) Este Ministério tem ciência de que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui uma política de equidade de gênero? Como pretender lidar com esta política e com cláusulas de mesmo teor constantes do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia? O Brasil insistirá junto a seus parceiros comerciais que gênero não existe, mas apenas o sexo biológico?
- 2) Por que o Brasil aceitou menção a “gênero” na declaração presidencial do G20 mas teve posições enfáticas contra isso na sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU, em Nova York; na sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra; e na Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH)? O Brasil pretende usar seu peso econômico no Mercosul para impor mudanças no bloco a respeito de gênero e saúde sexual e reprodutiva?
- 3) O Brasil é signatário da Convenção Interamericana contra a Violência contra a Mulher que estipula claramente que a violência contra mulheres e meninas é uma violência de gênero. Este Ministério tem ciência de que ao defender, em

- diversos fóruns, que gênero não existe, mas apenas o sexo biológico, o Brasil está agindo em descumprimento desta norma internacional, internalizada no ordenamento jurídico nacional? O Brasil pretende denunciar esta Convenção?
- 4) Qual a situação do Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR) atualmente? Este Ministério acredita que as recentes instruções dadas ao corpo diplomático brasileiro sobre gênero e saúde sexual e reprodutiva são compatíveis com a promoção da igualdade de gênero e de raça no âmbito da chancelaria brasileira almejada pela criação do CGGR?
 - 5) Existe equidade de gênero e raça dentro do Itamaraty? Em caso negativo, quais as iniciativas tomadas por este Ministério no ano de 2019 para mudar esse quadro?
 - 6) Qual a justificativa para o bloqueio de 100% na ação de Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática no ano de 2019?
 - 7) Quais as motivações para a mudança da atuação internacional do País em temas relativos a gênero e saúde sexual e reprodutiva em fóruns internacionais?
 - 8) Solicitam-se cópias de todas as instruções a delegações deste Ministério que envolvam gênero e saúde sexual e reprodutiva.
 - 9) Quais instruções a delegações deste Ministério envolvendo gênero e saúde sexual e reprodutiva foram classificadas em algum grau de sigilo? Quando cada uma dessas instruções foi emitida?
 - 10) Qual a base legal para as decisões sobre o sigilo de cada uma dessas instruções? Quando cada um dos respectivos Termos de Classificação de Informação foi formalizado?
 - 11) Quais foram e como foram determinados os prazos de restrição para as instruções em questão? Por que os prazos de restrição não se restringem às datas de término das reuniões às quais as instruções se referem?
 - 12) Solicita-se o envio de cópias de todos os Termos de Classificação de Informação (TCI) referentes a todas as instruções a delegações emitidas por este Ministério em 2019, independentemente do tema.
 - 13) O acesso público às instruções envolvendo gênero e saúde sexual e reprodutiva colocam em risco a defesa e a soberania nacionais? Se sim, de que modo?
 - 14) O acesso público às instruções envolvendo gênero e saúde sexual e reprodutiva prejudica ou coloca em risco a condução de negociações do País? Em caso

afirmativo, solicita-se que sejam especificadas quais negociações e de que modo são afetadas pela publicidade das referidas instruções.

- 15) O acesso público às instruções envolvendo gênero e saúde sexual e reprodutiva prejudica ou coloca em risco as relações internacionais do País? Se sim, de que modo?
- 16) As mudanças relativas às posições do País sobre gênero e saúde sexual e reprodutiva são compatíveis com a candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH)? Se sim, de que modo?

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa internacional e nacional tem noticiado mudanças radicais dos posicionamentos brasileiros em temas relativos a direitos humanos promovidas pelo Ministério das Exteriores (MRE) em diversos fóruns internacionais. As instruções do governo brasileiro a seu corpo diplomático sobre gênero e saúde sexual e reprodutiva têm chamado especial atenção.

A representação brasileira praticamente parou a sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU, em Nova York; a sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH), em Genebra; e Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH) a fim de suprimir menções a esses termos em documentos desses fóruns. No CDH, o País votou contra a inclusão de temas relativos a saúde sexual e reprodutiva em uma resolução sobre casamento forçado de meninas e em outra sobre educação sexual.

Recentemente, o MRE negou à Associação Brasileira LGBTI (ABGLT) o acesso aos documentos que instruem as delegações brasileiras sobre estes temas, as quais orientam pelo veto a termos como “gênero” – aliado à defesa de que apenas o sexo biológico existe - e a expressões como “saúde reprodutiva” e “direitos sexuais e reprodutivos”.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Ivan Valente
Líder do PSOL

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ